XI ENCONTRO NACIONAL DA REDE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO SUS

23 a 25 de Novembro de 2011
Brasília – DF

Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição
CGAN/DAB/SAS

PNAN Política Nacional de Alimentação e Nutrição
SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ
SUS Sistema Único de Saúde
Ministério da Saúde
GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: promovendo modos de vida e alimentação adequada e saudável para a população brasileira

Comitê Técnico 6
Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN

XI Encontro Nacional da Rede de Nutrição do SUS
25 de novembro de 2011

CAISAN
CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Contexto

- **Obesidade: problema social**

Perfil epidemiológico:

- Tendência crescente da obesidade em todos os grupos etários
- Maior vulnerabilidade das famílias mais pobres (velocidade de crescimento)
- Obesidade x InSAN moderada
- Obesidade x desnutrição (coexistem e tem a pobreza como um dos determinantes)

- **Momento atual:**

Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

Agenda de combate à má alimentação e promoção da alimentação adequada e saudável

Elaboração do Plano Nacional de SAN
Plano Plurianual (2008-2015)
IV Conferencia de SAN

Diálogo e articulação

Em paralelo à elaboração do Plano Intersetorial de Obesidade ...

- **Elaboração do PPA 2012-2015**
  - Programa de SAN: *Meta: Elaboração do Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade*

- **Plano de SAN**
  - Desafio: *Reversão das tendências de aumento das taxas de excesso de peso e obesidade*

Plano de DCNT do MS x Plano de Obesidade: resposta ao eixo de alimentação

- **POF – Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil**

Desafios do Plano de SAN

1. Consolidação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN em todo o território nacional

2. Erradicação da insegurança alimentar grave e moderada

3. Reversão das tendências de aumento das taxas de excesso de peso e obesidade

4. Intensificação do processo de desapropriação para fins de reforma agrária e de reconhecimento, demarcação e regularização de terras/territórios indígenas e quilombolas e demais PCT

5. Instituição e implementação de uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar de modo a promover o acesso regular e permanente da população brasileira a uma alimentação adequada e saudável

6. Ampliação do acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade às famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos ...

7. Ampliação da atuação do Estado nos processos de transição para um modelo de produção familiar agroecológico e sustentável de alimentos

8. Ampliação do mercado governamental de alimentos para a agricultura familiar, povos indígenas e PCT

9. Fortalecimento da atuação internacional brasileira, na defesa dos princípios do DHAA ...

10. Enfrentamento das desigualdades de condições de saúde, alimentação e nutrição e de acesso às políticas públicas de SAN

De abril a dezembro de 2011 ...

Processo de Trabalho:

Elaboração do Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: promovendo modos de vida e alimentação adequada e saudável para a população brasileira

Os desafios de um processo intersetorial ...

Processo de trabalho

1. **Instalação do CT6 (abril/2011):**
   - Acertos políticos e operacionais do processo
   - Identificação dos representantes
   - Coordenação do CT6: CGEAN/SESAN/MDS
2. **Publicação da Resolução 7 da CAISAN de 09/06/2011:**
   - Institui CT 6 para elaborar o Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade
   - Composição: MDS, MEC, MS, M. Cidades, MAPA, CONSEA, OPAS
   - Prazo: 10/08/2011
3. **Etapas cumpridas:**

3.1. Elaboração da proposta do Plano (8 reuniões do CT6 - abril até outubro/2010)

- De onde partimos:
  - » Documento do CONSEA – GT Alimentação Adequada e Saudável
  - » Plano Nacional de Redução da Obesidade (MS)
  - » Plano Intersetorial de Prevenção da Obesidade Infantil (MDS)
  - » Experiências internacionais
- Reuniões setoriais: MDA, MAPA, CONAB, FAZENDA, TRABALHO e PESCA
- Formação de um Grupo de Trabalho para consolidar e finalizar a proposta do texto

Processo de trabalho

3.2. Apresentação da proposta para a CAISAN (set/ 2011):

- Recondução do grupo
- Realizar as consultas públicas necessárias
- Propor o comitê gestor que vai operar o Plano
- Organizar o lançamento em 2012

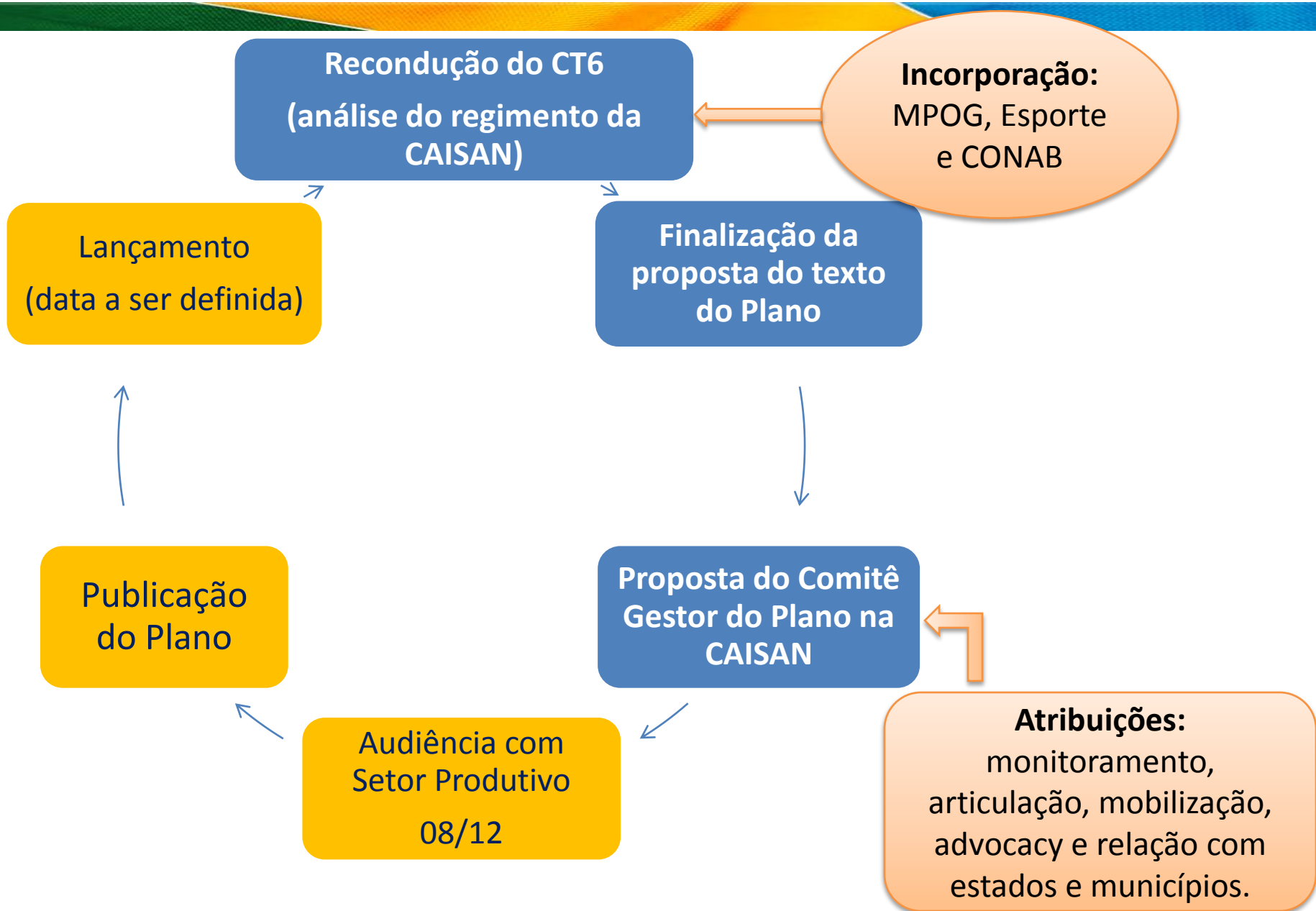
3.3. Discussão da proposta no CONSEA (setembro/2011)

3.4. Consulta técnica com especialistas (outubro/2011)

3.5. No momento:

- Finalização do texto
- Discussão sobre a gestão do Plano

Próximos passos



A proposta do Plano Intersetorial é ...

Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: promovendo modos de vida e alimentação adequada e saudável para a população brasileira

- Apresentação
- Contexto de atuação
- Princípios
- Objetivos
- Diretrizes estratégicas
- Metas
- Eixos de ação
- Monitoramento e avaliação
- Gestão do Plano

Matriz de Ações: instrumento dinâmico de planejamento e monitoramento do Plano.

Princípios

I. **Universalidade, integralidade e equidade** no acesso à alimentação adequada e saudável, nos programas e ações afins ...;

II. Preservação da **autonomia** e respeito à dignidade das pessoas;

III. **Participação social** na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas e do plano;

IV. **Transparência** no uso e destino dos recursos públicos;

V. Dignidade da pessoa humana, princípio do qual ecoa as normas que disciplina os **direitos humanos;**

V. **Compromisso social**, considerado como as obrigações do Estado e as responsabilidades de diferentes atores sociais envolvidos no processo do Plano ...;

VI. **Sustentabilidade** ...os sistemas de produção e distribuição de alimentos devem respeitar e promover a biodiversidade ...;

VII. *Ética na* **relação entre o público e o privado**.

Objetivos

- **Geral:**
  - Prevenir e controlar a obesidade na população brasileira, por meio de ações intersetoriais, promovendo a alimentação adequada e saudável e atividade física no ambiente que vivemos.
- **Específicos:**
  - Melhorar o padrão de consumo de alimentos da população brasileira de forma a reverter aumento de sobrepeso e obesidade;
  - Revalorizar o consumo dos alimentos regionais, preparações tradicionais e promover o aumento da disponibilidade de alimentos adequados e saudáveis à população;

Objetivos

- **Específicos:**
  - Desenvolver estratégias que desloquem o consumo de alimentos processados, energeticamente densos e com altos teores de açúcares, gorduras e sódio para alimentos básicos, com destaque para grãos integrais, leguminosas, oleaginosas, frutas, hortaliças e pescados;
  - Promover a prática de atividade física, especialmente em ambientes de trabalho, ambientes urbanos seguros e escolas atingindo todas as fases do curso da vida;
  - Organizar a linha de cuidado para atenção integral à saúde do indivíduo com excesso de peso/obesidade;
  - Promover espaços de convivência (praças, parques e jardins) e usos de meios de transporte coletivos de qualidade que visem hábitos e modos de vida sustentável.

Metas

- Aumentar o consumo médio anual de frutas e hortaliças em 0,5% ao ano;
- Reduzir o consumo de açucares de 16% para 10% do total de calorias;
- Aumentar o consumo aparente de pescados de 9 para 12/Kg/habitante/ano;
- Reduzir o consumo médio de sódio em 10% ao ano para alcançar a meta de 5g/dia em 10 anos;
- Estabilizar a prevalência de excesso de peso (48%) e de obesidade em adultos (15%);
- Reduzir as prevalências de obesidade em crianças e adolescentes;
- Reduzir as prevalências de excesso de peso em crianças e adolescentes;
- Aumentar a prevalência de atividade física no lazer – aumento médio anual de 3,2% ao ano;
- Reduzir a inatividade física – redução anual de 1,56% ao ano.

Eixos de ação

1. **Disponibilidade e acesso a alimentos adequados e saudáveis**
   - Acessibilidade física
   - Medidas fiscais
2. **Educação, comunicação e informação**
3. **Promoção de modos de vidas saudáveis nos ambientes/ territórios**
   - Cidades
   - Escolas
   - Ambientes de trabalho
   - Equipamentos públicos de alimentação e nutrição
   - Rede socioassistencial
   - Rede de saúde
4. **Vigilância Alimentar e Nutricional**
5. **Atenção integral à saúde do indivíduo com excesso de peso/obesidade**
6. **Regulação e controle da qualidade e inocuidade dos alimentos**

1. Disponibilidade e acesso a alimentos adequados e saudáveis

... melhorar o acesso físico e financeiro destes alimentos à população, fortalecendo as relações entre os setores da produção, distribuição e comercialização de alimentos. Trata-se, de um lado, da remoção das barreiras de acesso físico e financeiro das comunidades e famílias aos alimentos tradicionais e minimamente processados, e por outro lado, da oferta adequada dos alimentos nos programas públicos do País (compras institucionais).

1. Disponibilidade e acesso a alimentos adequados e saudáveis

- **Acessibilidade física:**

  Facilitar o acesso de alimentos adequados e saudáveis com ações relacionadas à PNAA, abastecimento social, Agricultura Familiar, Agricultura Urbana e Periurbana, PAA, PNAE, PAT e EPAN.

Algumas ações:

- Aprovação da Política Nacional de Abastecimento Alimentar
- Instituir uma frequência mínima de oferta de frutas e hortaliças nos cardápios dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição;
- Regulamentação das doações de alimentos aos bancos de alimentos;
- Fortalecimento do segmento dos varejistas de pequeno porte (associativisto) – REFAP; gestão das centrais de abastecimento, agregação de valor aos produtos (barracões) – PROHORT; mercados volantes – embarcações;
- Ampliar o apoio à comercialização das 15 principais frutas consumidas e das 10 principais hortaliças consumidas (MAPA);
- Atender 60 pólos de produção de pescado com assessoria para inserção do pescado no mercado institucional (MPA);
- Melhorar a qualidade nutricional da alimentação do trabalhador - PAT/MTE
- Avaliação do cumprimento do Art. 16 da Resolução 38 – restrição da compra de alimentos com alta quantidade de gorduras saturadas, sódio e açúcar simples, assim como o estabelecimento de um processo de monitoramento (FNDE);

....

1. Disponibilidade e acesso a alimentos adequados e saudáveis

- **Medidas Fiscais:**

  Discutir e implementar a taxação de alimentos ricos em açúcar, gorduras e/ou sódio; e subsídios fiscais para produtos cujo consumo deve ser incentivado, como por exemplo: frutas, hortaliças e pescados.

<u>Algumas Ações:</u>

- Realização de estudos de impacto do excesso de peso/ obesidade para o SUS, de forma a respaldar as políticas fiscais nos alimentos (MS);
- Realização de estudos (consumo, preço e renda) que orientem e respaldem políticas fiscais para os alimentos;
- Diálogo com a receita federal e outros órgãos afins sobre a diminuição tributos nas frutas e hortaliças e a taxação em alimentos ricos em açucares, gorduras e sal (Min. Fazenda);
- Organização de eventos/ consultas e/ou fóruns de discussão que oportunizem uma discussão ampliada sobre os subsídios brasileiros na cadeia produtiva, assim como o setor econômico pode favorecer a adoção de hábitos alimentares mais saudáveis pela população (setores envolvidos).

2. Educação, comunicação e informação

As estratégias de informação e comunicação objetivam elevar o nível de conhecimento sobre determinado tema. A educação pressupõe um processo permanente e contínuo de problematização, reorganização de valores, atitudes e geração de autonomia. Assim, promover a alimentação saudável, na dimensão das habilidades pessoais, requer ações articuladas de informação, educação e mobilização social...

Sua efetividade está relacionadas às demais estratégias que favoreçam escolhas alimentares adequadas e saudáveis

2. Educação, comunicação e informação

Algumas ações:

- Publicação do marco conceitual de EAN nas Políticas Públicas e criação de uma rede social de Educação Alimentar e Nutricional;
- Atualização dos Guias Alimentares e seus subprodutos;
- Organização de cursos voltados à formação permanente de profissionais em DHAA, SAN e EAN;
- Realização das campanhas educativas periódicas e outras estratégias de mobilização, sensibilização sobre o tema;
- Disponibilização de uma Plataforma de Obesidade voltada para informar e orientar a população, profissionais e gestores;
- Estruturação de projetos que articulem pesquisa, extensão e serviços nas universidades que contemplem os temas relativos à EAN;

.....

3. Promoção de modos de vidas saudáveis nos ambientes/ territórios

Trata de mudanças estruturais, essencialmente nos espaços urbanos e institucionais, para promover mobilidade urbana e acesso a espaços públicos de lazer e a adoção de hábitos alimentares adequados ...

3. Promoção de modos de vidas saudáveis nos ambientes/ territórios

- **Cidades**

- Promover a incorporação nos Planos Diretores Urbano a construção de ciclovias, academias, praças poliesportivas e etc. (Cidades);
- Políticas públicas para a prática de Atividade Física (Esportes).

- **Escolas**

- Revisão e normatização da Portaria Interministerial n.º 1010/2006 que define a alimentação saudável nas escolas (MEC/MS);
- Fomentar os conteúdos da promoção da saúde no ambiente escolar nos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas (FNDE/MEC);
- Fomento à inserção do tema alimentação adequada e saudável nos livros didáticos distribuídos nas escolas públicas (FNDE/MEC);
- Formação dos conselheiros (FNDE/MEC);
- Apoio à estruturação das escolas - cozinhas e refeitórios (FNDE/MEC);
- Apoio a PLs que restrijam o comércio de alimentos ricos em açúcar, gorduras e sódio;

3. Promoção de modos de vidas saudáveis nos ambientes/ territórios

- **Ambientes de trabalho**

- Compra de 30% da agricultura familiar das empresas que operam o PAT
- Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (MTE):
  - Incorporação de frutas e hortaliças nas cestas de alimentos ofertados pelo PAT;
  - Implementação dos parâmetros nutricionais com foco na alimentação saudável e na prevenção de DCNT
- Monitoramento anual da situação nutricional dos trabalhadores brasileiros (MTE);
- Formalizar acordos com o setor privado para implantação de programas de atividade física (MS)

- **Equipamentos públicos de alimentação e nutrição**

- Apoiar a adoção de cardápios saudáveis e ações de EAN voltadas aos usuários (MDS)
- Organização do monitoramento do estado nutricional dos usuários dos equipamentos públicos (MDS)
- Organização de ações educativas no espaço dos equipamentos públicos (MDS)

3. Promoção de modos de vidas saudáveis nos ambientes/ territórios

- **Rede socioassistencial**

- Incorporação da orientação alimentar e nutricional nos CRAS e nas Creches comunitárias (MDS);
- Organização de EAN: protocolo de EAN e articulação para a rede de saúde (MDS);

- **Rede de saúde**

- Implantação do Programa Academia da Saúde em 4000 pontos até 2014 (MS);
- Realização de oficinas em cada estado para a implementação dos Guias Alimentares na Atenção Básica (MS);
- Implantar as redes de promoção da alimentação adequada e saudável voltadas às crianças menores de dois anos ➡ Rede Amamenta + ENPACS (MS)
- Garantir o tema de promoção da saúde na formação de profissionais (MS);
- Fortalecer o Sisvan no monitoramento do estado alimentar e nutricional no âmbito da Atenção Básica à Saúde (MS).

4. Vigilância Alimentar e Nutricional

Um conjunto de estratégias que viabilizem a identificação de casos de indivíduos com obesidade nos serviços de saúde até a realização de inquéritos populacionais periódicos com vistas a conhecer o perfil de nutrição e saúde de toda a população ...

4. Vigilância Alimentar e Nutricional

Algumas ações:

- Fomentar a realização de inquéritos e pesquisas nacionais que acompanhem os indicadores de monitoramento do Plano de Obesidade (MS);
- Realização da POF, com o módulo de estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos a cada cinco anos e módulo de consumo de alimentos a cada 10 anos (MS);
- Realização da PNDS a cada 10 anos (MS);
- Realização da Vigitel anualmente (MS);
- Organização da Vigilância Alimentar e Nutricional no serviço de saúde e nas outras redes institucionais (MS);
- Participação do processo de implementação do sistema de monitoramento de SAN.

5. Atenção integral à saúde do indivíduo com excesso de peso/ obesidade

Além das ações desenvolvidas na Atenção Básica, o usuário deve ter a garantia de acesso aos demais níveis de complexidade do SUS com acesso as diferentes tecnologias, exames e procedimentos, condizentes com o estado de saúde, grau de obesidade e de co-morbidades associadas ...

5. Atenção integral à saúde do indivíduo com excesso de peso/ obesidade

Algumas ações:

- Inclusão da classificação de obesidade como causa secundária de mortalidade, segundo classificação da CID-10 (MS);
- Definição de diretrizes clínicas para o tratamento da obesidade (MS);
- Criação do Programa para pacientes com sobrepeso e obesidade (MS);
- Criação e distribuição de cartão de saúde do adulto (peso, IMC e circunferência da cintura) e inserção dos dados no Sisvan (MS);
- Identificação e fomento dos grupos de pesquisa e Centros de Referência no cuidado integral da obesidade no país (MS).

6. Regulação e controle da qualidade e inocuidade dos alimentos

Além de garantir acesso a alimentos básicos e minimamente processados é necessário que esses alimentos estejam em condições ideais de consumo com vistas à qualidade sanitária, nutricional e inocuidade ....

6. Regulação e controle da qualidade e inocuidade dos alimentos

Algumas ações:

- Elaboração do Guia de Boas Práticas Nutricionais para alimentos preparados e comercializados fora do domicílio (ANVISA);
- Estabelecimento e monitoramento dos acordos e parcerias com o setor produtivo (ANVISA);
- Revisão e aprimoramento das normas de rotulagem de alimentos (ANVISA);
- Proposição ao MERCOSUL para a inclusão da obrigatoriedade da declaração do açúcar na rotulagem nutricional (ANVISA/MS);
- Regulamentação do fornecimento de alimentos e refeições para o setor público (MPOG);
- Regulamentação da doação de gêneros alimentícios para o Programa Fome Zero (MDS);
- Monitorar resíduos de agrotóxicos e contaminantes nas frutas e hortaliças (MAPA);
- Regulamentar a publicidade de alimentos: proposição de um PL.

Considerações finais

.... Os espaços da intersetorialidade são lugares de compartilhamento de saber e de poder, de construção de novas formas de agir que não se encontram suficientemente experimentadas. Talvez por isso seja um conceito fácil de falar, mas difícil execução ... Há necessidade de um exercício permanente de paciência e de negociação. O percurso é sinuoso, cheio de novidades, com imperfeições e desafios ! Precisa ser inventado e reinventado, envolve confusão e sofrimento, porém envolve o prazer da descoberta de novas saídas ..., mas que implicam na acumulação de forças e apontam possibilidades de enfrentamento e de resultados parciais, palpáveis e perceptíveis. É necessário aprender a dar espaço para o outro e respeitar os diferentes ritmos e dinâmicas, caso contrário não há ação coletiva e nem construção de projetos! Ao pretender flexibilidade, sinergia, cooperação mútua, abertura de espaços democráticos de participação, necessariamente tem que haver repartição e compartilhamento de poder. Essa maneira de trabalhar está baseada no reconhecimento do não conhecimento, da insuficiência do que já é sabido, da necessidade de criar novas alternativas, que dependem de outros olhares, outros saberes, outras forças. O primeiro passo é reconhecer as limitações do olhar setorial - cada qual detém uma parte da verdade, das explicações, mas não a totalidade ... Os vários segmentos devem estar dispostos a abrir mão de parcelas de poder para viabilizar uma ação mais potente....

Lourdes A Machado (Psicóloga, Especialista em Saúde Mental)

Obrigada!!!

Comitê Técnico 6

MDS:
Maya Takagi
Onaur Ruano
Patrícia Chaves Gentil
Carmem Priscila
Mariana Hélcias
Laura Lyra Santos
Alexandro Rodrigues Pinto
Daniela Siqueira

MEC e FNDE:
Albaneide Peixinho
Solange Freitas Castro
Marta Klumb Rabelo
Cybelle de Aquino

MS e ANVISA:
Patrícia Jaime
Kathleen Oliveira
Ana Carolina Feldenheimer
Mariana Pinheiro
Gisele Bortolini
Déborah Malta
Luciana Sardinha
Luane Zanchetta
Denise de Oliveira Resende
Elisabete Gonçalves Dutra

Cidades:
Tereza Oliveira
Luiz Carlos Barreto Pimenta

MAPA:
Ângela Pimenta Peres

CONSEA:
Elisabetta Recine

OPAS/OMS:
Janine Giuberti Coutinho